

**ATA N.º 8/2012****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de dez Dezembro de dois mil e doze, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais);**

**PONTO 3- Aprovação da Organização dos Serviços Municipais;**

**PONTO 4 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2013;**

**PONTO 5 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013.**

**Período de Antes da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa. Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Álvaro Augusto Costa e Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca, que justificaram a sua falta, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e sete membros. Informou ainda que o Vereador, senhor Nelson Castro comunicou a sua impossibilidade de estar presente por motivo de doença, formulando-lhe votos de rápidas melhoras. Disse, ainda, que toda a correspondência recebida é arquivada na Secretaria, aí estando disponível a todos para consulta. Deu, depois, conta da moção da Assembleia de Freguesia de Ervedosa do Douro que foi remetida à Assembleia Municipal que dava conta da preocupação daqueles autarcas quanto à degradação da estrada rural de Roriz, cujo documento se junta em anexo à presente ata.

De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

Começou o senhor Presidente da Assembleia por informar que a Assembleia Distrital de Viseu não reuniu.

Quanto à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual fazem parte os senhores Alberto da Silva Fernandes, Luís Pereira e Manuel Cordeiro, foi por este informado que, por falta de quórum, não se concretizou a reunião agendada, tendo sido marcada nova data a realizar igualmente em S. João da Pesqueira.

Quanto à Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de S. João da Pesqueira, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a mesma não foi convocada para qualquer reunião, embora saiba que os técnicos se encontram a trabalhar naquela revisão, ao que apurou, lamentando a morosidade da mesma.

Pela Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios, disse o senhor António Balça que a mesma não reuniu.

Na Comissão Municipal de Toponímia, o senhor Norberto Vieira informou que não houve nenhuma reunião.

Da Comissão de Proteção Civil, informou o senhor António Bastos que não houve qualquer reunião.

O senhor Adelino Lopes informou que o Conselho Cinegético Municipal não reuniu.

Quanto ao Conselho da Comunidade de ACES - Agrupamento de Centros de Extensão de Saúde, informou o senhor Luís Paíga que não reuniu.

Do Conselho Municipal de Educação que integra os senhores António Vicente e Manuel Cordeiro, informou este último que não se realizou qualquer reunião desde a última informação que prestou à Assembleia.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, informou o Senhor Manuel Martins que este continua a reunir todos os meses, referindo os dados de um gráfico relativos aos cidadãos subsidiados, que disse ter distribuído pelos colegas presidentes de junta.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da ata n.º 6 da reunião ordinária anterior, de Setembro de 2012, que, depois de posta à discussão, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores António Balça, António Brites Aguiar, Eduardo Frederico, Maria da Conceição Gomes, José António Lopes e Luís Calaixo por não terem estado presentes. Procedeu-se, ainda, à leitura da ata n.º 7 da reunião extraordinária anterior, de Novembro de 2012, que, depois de posta à discussão, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Fernando Pereira, António Brites Aguiar, José António Lopes e Maria da Conceição Gomes por não terem estado presentes nessa reunião.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para intervenção no período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Eduardo Frederico solicitou que o gráfico apresentado pelo senhor Manuel Martins fosse distribuído por todos os membros da Assembleia. Sugeriu também

que o senhor Presidente do Executivo fizesse um balanço do ano, dizendo o que fez, o que não fez e o que deveria ter feito.

O senhor António Bastos referiu-se ao trabalho de limitação das freguesias iniciado há três anos e se encontra parado, sabendo não ter sido recebido em Penedono nenhum pedido com esse objetivo. Na última reunião solicitou a limpeza das valetas e o encaminhamento das águas pluviais, nada tendo acontecido até ao momento. Referiu, ainda, a falta de proteção nas caixas de saneamento e o estado em que ficam as ruas com a chuva, que mais parecem rios.

O senhor Joaquim Monteiro referiu-se a um abaixo da população do Sarzedinho sobre o depósito da água. Pediu para lhe ser fornecida a informação dos valores gastos durante o ano em cada uma das freguesias, por forma a saber quanto e onde se gastou. Quis saber qual foi o preço do terreno adquirido pela Câmara no Vale das Hortas. Alertou, depois a Câmara para que deve proceder à delimitação das freguesias, pois Ervedosa do Douro está prejudicada nos seus limites territoriais.

O senhor António Brites Aguiar, referindo-se à Vindouro, teceu algumas considerações críticas, porquanto julga ela a mesma foi organizada de costas para os viticultores, com menos expositores, menos visitantes e com pior organização. Ele próprio foi informado da realização de Vindouro com apenas quinze dias de antecedência. Manifestou a sua grande preocupação com tudo o que aconteceu com a Vindouro, incluindo o almoço com o senhor Secretario de Estado realizado em Ervedosa. Terminou a sua intervenção registando que a legitimidade dos votos não dá conhecimento, mas manterá a sua disponibilidade para colaborar e contribuir para melhorar a Vindouro. Entregou um documento com algumas das suas reflexões, que se junta em anexo à presente ata.

O senhor António Balça começou por felicitar o deputado Alberto da Silva Fernandes pela sua indigitação como Cônsul Honorário do México, na cidade do Porto, constituindo, em sua opinião, uma honra para esta Assembleia Municipal. Pediu ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que lhe fosse dada informação concreta e correta da reunião da CIMDOURO, efetuada em Outubro sobre a região duriense. Sobre a Feira Internacional de Macau perguntou se as empresas do concelho foram contactadas e qual foi o critério de escolha para ir a Macau. Deixou um desafio ao senhor Vereador Vítor Sobral, responsável pelo Gabinete de Empreendedorismo, dizendo que alguns não estiveram presentes na Vindouro mas foram a Macau, e perguntando se estariam disponíveis para participar no projeto sobre o Azeite iniciado pela UTAD.

O senhor Fernando Pereira congratulando-se com a indigitação do senhor Alberto da Silva Fernandes como Cônsul Honorário do México, referindo que tal facto deveria ficar registado em ata.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder aos senhores membros da

Assembleia intervenientes neste período. O senhor Presidente da Câmara começou por apresentar votos de Boas Festas e bom ano de 2013. Agradeceu a proposta do senhor Eduardo Frederico sobre a elaboração de um Balanço, mas considera desnecessário face à existência da Agenda Municipal que está *online*. Quanto à questão do senhor António Bastos informou que já falou com o senhor Presidente da Câmara de Penedono, embora sabendo que isso não chega, é preciso resolver. Respondendo ao senhor Joaquim Monteiro informou que a petição lhe chegou, mas a pessoa quer tirar o depósito da água e o poste elétrico para ajardinar essa área. Quanto a caminhos, a estrada para Roriz está nas preocupações da Câmara, que fará uma candidatura a um novo programa, pois à Câmara, só por si, não lhe será possível. A informação sobre as despesas nas freguesias foi já disponibilizada. O terreno que o deputado referiu foi adquirido por € 17.500,00, e destina-se à abertura de um caminho junto ao Vale das Hortas. Está previsto instalar aí um depósito de subprodutos de relvas, folhas de árvores, etc. Considera que a freguesia de Ervedosa não foi prejudicada mas, pelo contrário, está beneficiada. O senhor Presidente da Câmara, respondendo ao senhor António Brites de Aguiar, começou por agradecer as preocupações manifestadas e o documento apresentado. Manifestou alguma discordância quanto à opinião sobre a Vindouro, pois entende que houve maior divulgação, incluindo no facebook e nos canais sociais. Quanto aos viticultores recorda que houve um almoço na Ferradosa para auscultar as suas pretensões, mas estes quase entraram em disputa pessoal. Quanto às questões do senhor António Balça, informou o senhor Presidente que o documento sobre a região, elaborado pela CIMDOURO e entregue ao Senhor Secretário de Estado, foi pelo mesmo remetido para o IVDP, do qual até hoje não houve qualquer resposta. Quanto à ida a Macau, muitos não quiseram ir porque implicava despesas. A Câmara encarregou-se da logística das pessoas e dos produtos. O projeto DOP (Azeite) está a ser desenvolvido com a UTAD.

Seguidamente foi devolvida a palavra aos membros da Assembleia por ordem de inscrição.

Tomou a palavra o senhor Joaquim Monteiro dizendo que o abaixo-assinado da população tinha como propósito reclamar a disponibilidade de água e pretender baixar os consumos. Quanto ao caminho para Roriz havia responsabilidade da Quinta do Pessegueiro, pois foi ela que rebentou o caminho aquando do trânsito dos pesados para a obra da adega. Disse, ainda, que, embora sendo Presidente da Junta de freguesia de Ervedosa, ignora porém se esteve algum Secretário de Estado na sua freguesia. Quanto aos dinheiros gastos nas freguesias, o que pretende saber é quanto se gastou em cada uma das freguesias, e em que obras.

O senhor Eduardo Frederico começou por dizer que pretendia ter acesso ao documento apresentado pelo senhor Manuel Martins, e propôs que fosse distribuído a todos os membros da Assembleia. Em sua opinião, quanto ao Balanço solicitado, entende que a resposta do Executivo é muito curta. A Agenda Municipal é para festas

e romarias. Ficaria bem ao executivo dar e prestar contas. Quais os serviços que se perdem e porquê. Pois perde-se na Saúde, na Justiça, na Educação e qualquer dia a Pesqueira deixará de ser concelho. Saber, por exemplo, como está a situação do Tribunal, o que se passou desde a última Assembleia. Elogiou o documento apresentado pelo senhor António Brites de Aguiar, concluindo que devemos ser profissionais em todos os assuntos.

O senhor António Bastos voltou a falar sobre a delimitação do concelho. Entende que não foi feita nenhuma reunião com o Presidente da Câmara de Penedono. Questiona se existe algum documento sobre o assunto, pois, se existe, pretendo ter acesso ao mesmo. Ou tratou-se apenas de uma conversa, o que não terá grande valor. Refere, ainda, que caem muros com frequência e se nada se fizer será cada vez pior. Quanto à situação referida do Centro Escolar, diz que são três anos à espera de arranjar três valetas com alguns metros de tubo. A Proteção Civil deve dar sinais e regras de orientação para a população.

Respondendo afirmativamente ao pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sequência da intervenção do senhor Eduardo Frederico, o senhor Manuel Martins disponibilizou o documento para que fosse entregue uma cópia a todos os membros da Assembleia.

Foi concedida depois novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara que em resposta ao senhor Joaquim Monteiro disse que compreendia a pressão exercida na questão do Sarzedinho, mas entendia que a pretensão da senhora era a de não querer lá nem o depósito nem o poste. Quanto aos valores e obras nas freguesias diz que eles são públicos e visíveis. Quanto às questões levantadas pelo senhor Eduardo Frederico informou que em relação aos Tribunais há municípios que já negociaram, como é o caso de Vila Nova de Foz Côa, Satão e Nelas. Penedono já manifestou em documento entregue à Senhora Ministra que pretendia integrar a Pesqueira. Tabuaço quis inicialmente integrar a Pesqueira mas tem neste momento posição diferente.

#### **Período da Ordem do Dia**

Encerrado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

#### **PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.**

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Luís Pereira lamentando o mau português utilizado na informação do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, dizendo que quando somos eleitos nos são atribuídas

responsabilidades acrescidas e competências que não devemos descurar ou aligeirar. Diz que o preocupa o julgamento que no futuro os vindouros que tenham acesso a estes documentos possam fazer pelo péssimo serviço que eles fazem à língua portuguesa, por contraposição a textos que hoje podemos ler de há séculos atrás que nos brindam com lições de português. Pede, por isso, que se tenha mais atenção ao redigir estes documentos públicos, e que os erros não sejam por falta de empenho ou negligência.

O senhor Eduardo Frederico disse que esperava saber da importância da ida a Macau, dos contactos obtidos e do que se espera. Refere que na função que cada um desempenha se deve ser rigoroso. Depois, referindo-se às dívidas e saldo mencionados no documento, disse não perceber se afinal o saldo é positivo ou negativo.

O senhor António Bastos referiu que na freguesia de S. João da Pesqueira a Câmara proceda a todas as obras e arranjos nos espaços verdes e jardins e nas demais freguesias tenham de ser as próprias juntas a suas expensas, o que considera ser desigualitário. Quanto ao evento relativo ao "2.ºs Trilhos Douro" lamentou que os atletas não tivessem alojamento adequado, acabando por dormir todos os molho e necessitando de tomar banho num outro local. Na sua opinião o pavilhão gimnodesportivo serviria para o efeito.

O senhor Joaquim Monteiro partilhou da posição do colega António Bastos quanto à diferenciação das freguesias pela Câmara no tratamento dos espaços verdes. Indignou-se, ainda, porque na sua freguesia foram levantados pela Câmara 20 metros de um muro deixando o restante por levantar. Quanto à Feira Internacional disse não lhe ter agradado que alguns estivessem presentes e outros não, sem se saber por que critério. Perguntou quantos atletas participaram no "2.ºs Trilhos Douro".

De seguida o senhor Presidente da Câmara, respondendo, disse que esteve presente na Feira Internacional quem quis estar. Entende que os negócios não são todos iguais, podendo significar que um venda cem garrafas e outro venda mil e ambos sejam bons negócios. Disse ter colhido dos jornalistas que lá estiveram que foi importante este evento.

O senhor Eduardo Frederico, retomou a palavra, comentando que "dívida" é sempre negativo e "saldo" é positivo, pelo que continuava a não compreender a situação atual das contas. Referiu ter sabido que foram cerca de duzentos atletas os participantes naquele evento e que existem diversos locais onde podem ser alojados condignamente.

O senhor Joaquim Monteiro disse que se S. João da Pesqueira não tem condições para receber adequadamente os atletas Ervedosa pode ajudar.

O senhor António Bastos reafirmou que lamentava que os atletas tivessem dormido no salão dos bombeiros e que a higiene corporal diária tivesse de ser feita na

Mata do Cabo, concluindo que nem todas estruturas disponíveis no concelho foram aproveitadas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal reafirmou que os valores constantes da informação das dívidas a terceiros e do saldo são corretos. Mais disse que os atletas participantes do "Trilhos Douro" estiveram bem alojados e tiveram todas as condições necessárias, sendo a deslocação dos mesmos para Mata do Cabo para tomar banho pretensão dos próprios.

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).**

Não havendo inscrições, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, tendo previamente verificado serem vinte e seis os presentes uma vez que a deputada Cátia Monteiro Santana se havia ausentado da sessão por motivos pessoais e devidamente explicados à Mesa, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Vladimiro da Silva.

**PONTO 3 - Aprovação da Organização dos Serviços Municipais.**

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou, quanto a este assunto, que a necessidade de aprovação do mesmo decorre da lei.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para o uso da palavra.

Começou por intervir o senhor Vladimiro da Silva que sugeriu que comentou e se congratulou pela intervenção assertiva no período de antes da ordem do dia do deputado António Brites Aguiar, de enorme relevância para o concelho, e sugeriu que a mesma fosse bem registada em ata, intervindo o senhor Presidente da Mesa dizendo que assim se registaria, mas solicitando ao interveniente que, por ora, se restringisse ao assunto em questão. Quanto ao assunto da ordem do dia retomou o deputado a sua intervenção dizendo que, contrariamente ao mencionado pelo senhor Presidente da Câmara, o que se aqui se propõe não decorre na íntegra da lei. Lembrou que, no mandato anterior em que foi vereador da oposição, fundamentados num parecer do Engenheiro Luís, chefe da divisão de obras municipais, aprovaram obras a mais para a Mata do Cabo, o que veio a resultar num processo de contraordenação do Tribunal de Contas e na condenação do então Presidente da Câmara Municipal, Lima Costa, e dele próprio, o que, pese embora quisesse ter recorrido e estando entregue o assunto ao Advogado da Câmara, o Dr. Vítor Cardoso, contrariamente ao que era a sua vontade não houve recurso. Diz que vem lembrar este assunto a este propósito uma vez que o que agora se propõe de criação ou manutenção de três chefes de divisão para o nosso concelho, com pouco mais de sete mil habitantes, é ilegal e vai frontalmente contra a lei n.º 49/2012. A lei prevê que municípios com menos de dez mil

habitantes apenas possam ter dois chefes de divisão, atento o artigo 8.º, n.º 1, e que o argumento do n.º 3 do artigo 7.º da referida lei, como se refere na informação do gabinete da presidência, aplica-se a municípios com mais de quarenta mil habitantes que possam ter diretores de departamento e não ao nosso caso, como é fácil perceber lendo a lei, pelo que não vai compactuar com esta ilegalidade e votará contra se a proposta não for alterada de acordo com a legalidade, assim sugerindo aos demais se quiserem não ser responsabilizados por algo ilegal.

O senhor Luís Pereira interveio revendo-se na intervenção do senhor Vladimiro da Silva, dizendo que, na sequência do que disse na sua anterior intervenção, a interpretação que o executivo aqui faz da lei não é a correta, sendo que apenas é possível lançar mão da previsão do n.º 3 do artigo 7.º da referida lei caso o município tenha mais de quarenta mil habitantes, o que não é manifestamente o caso, pelo que de acordo com a lei, e independentemente do município ter ou não uma participação nos fundos superior a dois por mil, só pode haver lugar neste município a dois chefes de divisão, o que o impede de votar favoravelmente esta proposta.

O senhor Eduardo Frederico juntou-se às intervenções anteriores para dizer que, na verdade, a proposta de criação de três lugares para chefes de divisão não pode, de acordo com a lei e os artigos citados, ter lugar, pois nem sequer podemos ter diretores de departamento, pelos argumentos já referidos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as intervenções anteriores não fariam sentido porque essa questão diz respeito ao Ponto 4 e não a este. No entanto, reafirmou que a proposta é legal, mais dizendo que quer com a presente proposta do Ponto 3 quer com a proposta do Ponto 4 apenas se visa definir uma estrutura no quadro e não a colocação de pessoas nos lugares definidos.

O senhor Luís Pereira, porque não se revendo na resposta dada pelo senhor Presidente da Câmara, perguntou se estava em causa a Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, ou o Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, uma vez que a Lei em causa não permitiria a presente proposta, insistindo que a proposta não cumpre os requisitos da lei.

O senhor Eduardo Frederico repetiu que mesmo com a fundamentação do gabinete da presidência não se sente confortável votando favoravelmente a proposta uma vez que ela não vai de encontro ao definido claramente na lei em causa.

O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra dizendo que as questões levantadas pelos intervenientes estão de acordo com o assunto que agora se discute, mais dizendo que, pese embora a sua função de Presidente da Mesa lhe não permitir condicionar o plenário, entende que, na verdade, a proposta com a fundamentação aduzida contraria a lei, por errada interpretação, pelo que se deveria ponderar a sua melhor clarificação e reformulação.

O senhor Presidente da Câmara Municipal insistiu que nem sequer se prevê um diretor de departamento, o que, face à lei, seria possível, mas sim três chefes de divisão. Disse, ainda, que para além disso tal era o entendimento da Direção Geral das Autarquias Locais, porquanto os municípios que não preenchessem os requisitos da população poderiam sempre ter mais um lugar desde que preencham outros critérios, como é o caso da participação nos fundos.

Finda a discussão, e tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal mantido a proposta, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou à votação da mesma, tendo-se obtido o seguinte resultado: dez votos contra dos senhores Luís Pereira, Eduardo Frederico, Vítor Monteiro, Adelino Lopes, Luís Calaixo, Vladimiro da Silva, António Balça, António Bastos, Luís Paíga e Fernando Pereira; seis abstenções dos senhores Joaquim Monteiro, José António Lopes, António Brites Aguiar, Norberto Vieira, Aberto da Silva Fernandes e Manuel Cordeiro; dez votos favoráveis dos senhores Artur Costinha, António Vicente, Maria da Conceição Gomes, Sandra Sequeira, António Gomes, Manuel Martins, José Fernando dos Santos, José João Pereira, Joaquim Sá Menezes e Nelson Azevedo.

Verificado um empate na votação e atendendo a que o senhor Presidente da Assembleia Municipal havia votado abstendo-se, e dessa forma o seu voto de qualidade não serviria como desempate, devolveu ao plenário a possibilidade de fazer nova votação, com o que todos concordaram. Assim, passou-se novamente à votação, tendo-se obtido o seguinte resultado: nove votos contra dos senhores Luís Pereira, Eduardo Frederico, Vítor Monteiro, Adelino Lopes, Luís Calaixo, Vladimiro da Silva, António Balça, António Bastos e Luís Paíga; cinco abstenções dos senhores Joaquim Monteiro, José António Lopes, António Brites Aguiar, Aberto da Silva Fernandes e Manuel Cordeiro; doze votos favoráveis dos senhores Artur Costinha, António Vicente, Maria da Conceição Gomes, Sandra Sequeira, António Gomes, Manuel Martins, José Fernando dos Santos, José João Pereira, Joaquim Sá Menezes, Nelson Azevedo, Norberto Vieira e Fernando Pereira, pelo que foi a proposta aprovada por maioria com doze votos favoráveis.

O senhor Fernando Pereira quis fazer declaração de voto dizendo que alterou o seu sentido de voto de desfavorável para favorável atendendo ao esclarecimento prestado pela Direção Geral das Autarquias Locais.

**PONTO 4 – Análise, discussão e votação da Organização e estrutura dos Serviços Municipais – Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau – Definição de Competências, Área Funcional, Requisitos de Recrutamento, Período de Experiência Profissional e Remuneração;**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para o uso da palavra.

Começou por intervir o senhor Eduardo Frederico que perguntou se existia alguma relação entre este e assunto e o mapa de pessoal onde verifica a previsão de um lugar para cargo de direção de 3.º Grau. Disse, ainda, que a Assembleia Municipal não tem informação suficiente para se debruçar sobre a necessidade ou não deste cargo e que, por isso, não poderá votar favoravelmente.

O senhor Luís Pereira interveio dizendo que a proposta de criação deste lugar devia ser concretizada com as razões da pertinência na sua criação, bem como definir-se todas as competências e remuneração.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo começou por dizer que no mapa de pessoal não está previsto nenhum diretor de departamento, mas sim a prover, uma vez que se preveem alterações legislativas e até porque pode haver mobilidade entre autarquias. Quanto ao assunto em debate referiu que nesta estrutura o cargo de direção intermédia de 3.º Grau que agora se propõe não é para preencher por ninguém, não sendo necessário definir a remuneração para já, o que só se verificaria na altura do possível concurso, sendo apenas para salvaguardar esta estrutura de possíveis alterações.

Interveio novamente o senhor Eduardo Frederico dizendo que é à Assembleia Municipal que cabe definir a criação destes cargos, bem como a área funcional, as competências, os requisitos e a remuneração, não podendo esta Assembleia "passar um cheque em branco" à Câmara sem que isto fique bem fundamentado, discutido e definido. Assim, refere que, caso venha a Câmara a preencher este lugar este assunto deve voltar novamente à Assembleia, até porque a fixação da remuneração é por lei da competência da Assembleia Municipal. Finalizou dizendo que, se o senhor Presidente da Câmara não propõe à Assembleia quanto a este assunto a fixação da remuneração, como obriga a lei, não poderá votar favoravelmente.

O senhor Luís Pereira disse que a proposta de regulamento que aqui se apresenta não define a posição remuneratória, não bastando dizer que se situa entre a 3.ª e a 6.ª posição da carreira geral de técnico superior bem, pois o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012 diz claramente que cabe à Assembleia Municipal, além do mais, definir a remuneração desse cargo entre a 3.ª e a 6.ª posição, para além de ser isso que se diz na ordem do dia. Assim, ou a Câmara Municipal não faz proposta nenhuma ou, se quer apresentar proposta, deve sujeitar-se à lei e definir, entre outros, a respetiva remuneração, pois só assim votará favoravelmente.

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao senhor Eduardo Frederico, disse que caso se decidisse preencher este lugar, o que não é intenção, tal questão será levada à Assembleia Municipal. Disse que no quadro de pessoal não existe nenhum lugar provido e garantiu que se houver provimento do lugar essa proposta será levada à Assembleia, mais dizendo que a aprovação deste assunto não significa que a Câmara Municipal possa prover o lugar.

Finalizada a discussão, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: sete votos contra dos senhores Luís Pereira, Eduardo Frederico, Vítor Monteiro, Adelino Lopes, Luís Calaixo, Vladimiro da Silva e António Bastos; dez abstenções dos senhores Joaquim Monteiro, António Balça, António Brites Aguiar, Maria da Conceição Gomes, Sandra Sequeira, José António Lopes, Fernando Pereira, Luís Paíga, Alberto da Silva Fernandes e Manuel Cordeiro; nove votos favoráveis dos senhores Artur Costinha, António Vicente, António Gomes, Manuel Martins, José Fernando dos Santos, José João Pereira, Joaquim Sá Menezes, Nelson Azevedo e Norberto Vieira.

Foi, assim, a proposta aprovada por maioria com nove votos favoráveis.

**PONTO 5 – Análise, discussão e votação das Despesas de Representação dos Titulares de Cargos Dirigentes.**

O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a proposta com a possibilidade legal de se atribuírem aos titulares de cargos dirigentes despesas de representação, entendendo que uma vez que a administração central o faz aos seus dirigentes, deveríamos nós também atribuir tais subsídios.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para o uso da palavra.

Começou por intervir o senhor Eduardo Frederico que perguntou se tais subsídios apenas seriam destinados aos dirigentes de 2.º grau, uma vez que só estes estão providos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo que assim era e que as despesas de representação a estes dirigentes, os chefes de divisão, orçam em cento e oitenta euros e noventa e sete cêntimos mensais a cada um.

Posta a proposta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com um voto contra do senhor Vladimiro da Silva.

**PONTO 6 – Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2013.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para o uso da palavra. Como não houvesse inscritos, passou-se à votação da proposta que foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Vítor Monteiro, Eduardo Frederico e Vladimiro da Silva.

**PONTO 7 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições para o uso da palavra.

Começou por intervir o senhor Eduardo Frederico que disse não se rever no plano apresentado, onde não existem grandes orientações. Para além disso, o plano

de atividades não reflete as verdadeiras necessidades do concelho. Não se vê no plano qualquer referência ao empreendedorismo, tão necessário. Prevêem-se algumas ações mas nenhuma é realmente positiva ou capaz de potenciar o crescimento do concelho. Dá como exemplo a manutenção dos arranjos dos caminhos, que não é uma nova ação mas a continuidade do passado, assim como no controle da qualidade da água e lavagem de contentores que, embora pertinentes, não constituem no seu todo uma visão estratégica. Quanto às despesas diz que não vislumbra uma racionalização na distribuição das mesmas, nomeadamente nos recursos humanos que absorvem uma demasiado elevada fatia. Conclui que, pelo que reflete o orçamento, as receitas aumentarão apenas pela via do aumento do IMI, na sequência da atual avaliação dos imóveis, e pelo aumento do preço da água aos munícipes.

O senhor Vítor Monteiro lamentou um plano tão pobre, sem um fio condutor nem estratégia para o concelho, sendo mais do mesmo. É um orçamento para levar a efeito com medidas avulsas em função do dia a dia ou dos subsídios de eventuais programas. Para além disso, verifica que, em relação ao plano do ano passado, a única diferença é que neste as despesas sociais são mais elevadas, concluindo pela falta de ambição neste plano e orçamento.

O senhor Adelino Lopes tomou a palavra para dizer que a especificidade da sua freguesia não está contemplada neste orçamento no que respeita às transferências para as freguesias. Na verdade, Vale de Figueira é composta por quatro lugares dispersos entre si. A transferência de verbas para as freguesias é feita de acordo com uma fórmula já gasta ou desatualizada, de acordo com critérios de área, habitantes e salas de aula, mas não se reflete as especificidades de uma freguesia como a sua com quatro localidades, onde as despesas são naturalmente maiores. Só em limpeza urbana gasta mais do que recebe da Câmara, pagando ainda a eletricidade da escola. Gostaria, assim, que o executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, dissesse como vai remediar ou resolver esta situação desigualitária para a sua freguesia. Refere, ainda, uma situação na sua freguesia onde não existe ETAR e as águas sujas se encontram a correr a céu aberto, questionando o senhor Presidente da Câmara se a previsão que faz de quinhentos euros chega para a obra, o que julga que não.

O senhor Joaquim Monteiro demonstrou-se muito desanimado e desapontado porque, uma vez mais, as freguesias não foram ouvidas na elaboração deste orçamento, como havia pedido numa Assembleia anterior e o que o senhor Presidente da Câmara garantiu que faria mas não fez. Lamenta que o plano e orçamento seja tão fraco, afirmando que ele próprio com as receitas disponíveis faria um plano seguramente melhor. Verifica a existência de verbas para obra na freguesia de Trevões, que aplaude, mas lamenta que outras freguesias sejam preteridas, como a sua que tem mil duzentas e noventa e sete pessoas. Dá como



exemplo a previsão em plano ao longo dos sucessivos anos do arranjo do lugar das Bateiras, local de eleição da entrada do concelho que poderia trazer muito ao concelho em termos turístico, e que mais uma vez é dotado no orçamento com uns míseros quinhentos euros, o que só pode significar, uma vez mais, a vontade da Câmara de nada fazer ali. Contrariamente, na freguesia de S. João da Pesqueira gasta-se dinheiro por exemplo na Rua da Devesa, não se sabe bem em quê, assim como se gastam oito mil euros em jardins. Desabafa que se em Janeiro a freguesia não tiver dinheiro para pagar a energia vem entregar as chaves da Junta de Freguesia à Câmara. Diz que os Presidentes de Junta não devem ser pedintes e que anda cansado e zangado com estas políticas da Câmara. Ponderou seriamente votar contra este orçamento, levando essa questão à discussão da sua Assembleia de Freguesia, concluindo esta que deveria votar favoravelmente como forma de demonstrar que têm razão, pelo que entregou à Mesa um texto com a respetiva fundamentação e como declaração de voto, documento que se encontra anexo à presente ata.

O senhor António Balça associou-se às preocupações do colega Joaquim Monteiro, dizendo não entender os critérios para as transferências de verbas para as freguesias, devendo existir maior equidade. No Castanheiro do Sul é a própria freguesia que refira o lixo do cemitério e o leva até ao local onde passa o camião de recolha. Gostaria de saber, como aliás já o solicitou, quanto foi gasto em cada freguesia pela Câmara e em quê, por forma a todos saberem dos gastos e haver total transparência.

O senhor António Bastos lamentou que a Câmara Municipal tenha deixado cair a candidatura já aprovada pelo QREN para a requalificação da Rua de acesso ao largo da igreja. Disse, depois, que não percebe como é para a sede de concelho se preveem e gastam oitenta mil euros em limpeza urbana e a sua freguesia apenas disponha de dois mil e poucos euros. Desafia, assim, a Câmara a ficar com a limpeza urbana na freguesia de Trevões, como faz na Pesqueira, e em contrapartida entrega à Câmara os dois mil e duzentos euros. Lamenta, ainda, que a freguesia de Trevões nunca tenha sido contemplada com a melhoria dos caminhos agrícolas.

O senhor Fernando Pereira disse que um orçamento nunca agrada a toda a gente, e temos de olhar para outra vertente do orçamento. Temos de pensar em meios que tragam riqueza, não nos devemos exceder nas prestações sociais, sendo a agricultura a atividade primeira do concelho. O arranjo dos caminhos agrícolas é uma boa via facilitando o acesso e a maquinização da agricultura. Há também que juntamente com a CIMDOURO procurar programas que criem postos de trabalho no concelho e, bem assim, o acesso a subsídios a fundo perdido.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondendo aos intervenientes disse que não existem grandes alterações no número do pessoal da Câmara Municipal. Refere que aceita que cada um defenda a sua dama, mas ele defende todos. Diz

que devemos ser coerentes com o que dizemos, pois estamos todos imbuídos do melhor espírito. Entende não ser aconselhável por agora fazer alterações nos critérios das transferências de verbas para as freguesias, até porque haverá freguesias a agregar. Quanto às obras previstas informou que a maior parte delas são comparticipadas pela União Europeia, pelo que pouco peso representam nas despesas. Quanto à pretensão de uma intervenção no Lugar das Bateiras referida pelo senhor Joaquim Monteiro diz que ela depende do IPTM. Finalizou dizendo que os municípios e a CIMDOURO têm vindo a desenvolver esforços conjuntos para o melhor desenvolvimento da região e apoio comunitários.

O senhor Joaquim Monteiro pediu novamente a palavra para lembrar que muitas vezes quem trabalha tem pouco e quem não trabalha acaba por ter muito. Refere que não sabe bem se será bom ou mau exemplo o gasto elevado de um órgão como a nossa Câmara Municipal tem, com quatro tempos inteiros, ou seja, um Presidente de Câmara e três Vereadores a tempo inteiro. Será que se justifica, e haverá dinheiro para pagar a todo o pessoal, perguntou. Questionou, ainda, a aposta no Museu do Vinho como Polo do Museu do Douro, atento o elevado custo desta obra nos tempos que correm.

O senhor Adelino Lopes voltou a insistir com a necessidade da construção da ETAR na sua freguesia, mais questionando a razão por que tem de ser a Junta a pagar uma despesa de energia num edifício que é propriedade da Câmara Municipal.

O senhor António Bastos disse reconhecer algum investimento por parte da Câmara na freguesia de Trevões, embora isso não o impeça de discordar de algumas matérias e questionar o que pode ser melhorado.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara trata todas as freguesias por igual, pelo que Ervedosa não terá razões para se queixar. Argumentou que a Câmara atribuiu à Cooperativa dos Olivicultores de Ervedosa a quantia de cinco mil euros, mas deu ainda muito mais através da celebração do protocolo tripartido com a Caixa Agrícola tendo em vista a não falência da Cooperativa que estava eminente. Quanto ao Núcleo Museológico do Vinho diz que é uma peça importante para o desenvolvimento do concelho e irá ajudar a agricultura e os viticultores. Informou que o investimento representa três milhões de euros, mas é comparticipado pelo FEDER, cuja percentagem não poderá ultrapassar dois milhões de euros. Referindo-se à questão da escola de Vale de Figueira disse que a mesma já não funciona como escola, por isso não poderia atribuir verbas para a energia consumida.

O senhor Adelino Lopes referiu que continuava a não compreender que quinhentos euros fossem suficiente para a construção da ETAR e que se a Câmara a não fizesse teria de ser a Junta a fazê-la. Disse, ainda, que se o senhor Presidente diz que a escola não existe então mande cortar a luz. Na verdade, é no edifício da escola que é prestado pela Junta apoio à população da freguesia.

O senhor António Balça mostrou o seu descontentamento porque até hoje a Câmara Municipal gastou no Castanheiro do Sul menos de cinquenta mil euros.

O senhor Joaquim Monteiro comentou que o senhor Presidente da Câmara pode até ser boa pessoa, mas os seus argumentos não convencem ninguém.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse não ter mais esclarecimentos a prestar.

Assim, finalizado o período de debate, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com três votos contra dos senhores Luís Pereira, Eduardo Frederico e Vítor Monteiro e três abstenções dos senhores Adelino Lopes, Vladimiro da Silva e António Bastos.

Concluído o período da ordem do dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos Pontos 2 a 7, a fim de terem desde logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

#### **Período de Intervenção do Público**

Tendo atempadamente chegado à Mesa um pedido de intervenção de um munícipe para o Período de Intervenção do Público, foi agora concedida a palavra ao senhor Manuel Sebastião Vasques Mesquita.

O senhor Manuel Sebastião Vasques Mesquita começou a sua intervenção dizendo que decidiu vir a esta Assembleia por estar muito preocupado com o rumo que o nosso concelho está a levar com este executivo. Disse que o apoiou na campanha eleitoral de 2009, mas se sente envergonhado pelo péssimo trabalho que tem sido feito e que toda a gente critica, até fora do concelho. É um executivo que não faz o trabalho de casa, apontando vários exemplos. Começou por dizer que no processo de reorganização administrativa das freguesias foi prestado um péssimo serviço ao concelho, resultado de interferências nefastas de alguns membros do executivo junto de presidentes de junta. Quanto ao Tribunal questionou o executivo para que dissesse o que fez para reverter a proposta de encerramento do tribunal, pois Penedono, que nem tinha qualquer tribunal, parece que conseguiu e vai ter um Julgado de Paz. Mesmo sabendo-se que o nosso Tribunal tem uma entrada de processos anual superior a duzentos e cinquenta e temos péssimas acessibilidades. Temos a razão do nosso lado e nada conseguimos, o que não percebe. Perguntou por onde andam os nossos deputados eleitos por Viseu e onde está a intervenção da Câmara e da concelhia do PSD para mover influências e alertar esses responsáveis. Deixar perder o Tribunal sem nada fazer será o princípio do fim do concelho e as responsabilidades serão assacadas a quem tem poderes executivos na autarquia. Referiu-se depois às taxas de IMI cujas taxas diferem para as diferentes zonas do concelho refletindo desigualdades



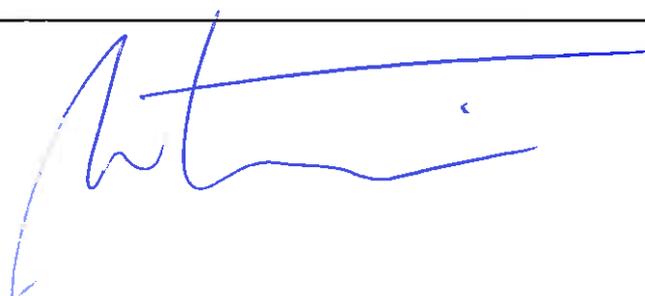
chocantes. Disse, depois, que só este executivo neste mandato quase duplicou os funcionários, não se sabendo bem porquê. São cinquenta e sete com contrato de trabalho mas no total são, na verdade, cerca de cento e vinte funcionários, contando com os recibos verdes, que mais não são que trabalhadores dependentes da Câmara. Disse, pois, ficar preocupado com a despesa com o pessoal, incluindo os ordenados dos vereadores a tempo inteiro, o que ronda os dois milhões de euros anuais, o que significa cerca de novecentos mil euros a cada munícipe contribuinte por ano. Referiu-se depois à Vindouro que de ano para ano tem vindo a perder o interesse e lamenta que a Câmara não queira socorrer-se das pessoas com conhecimentos nesta área e faça tudo sem ouvir ninguém, dando os resultados negativos que tem dado. Alerta o executivo para reduzir o número de festas e apostar nos empresários, designadamente através da análise atempada e atenta de projetos, e não com exemplos como ele próprio teve num seu projeto em que o senhor Engenheiro Maduro das obras demorou dois anos para analisar. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal pediu-lhe para não fugir das reuniões importantes fora do concelho com as diversas entidades pois, ao que lhe foi dado saber até por pessoas de fora do nosso concelho, é isso que tem acontecido, ou seja, o senhor Presidente não aparece nas reuniões importantes, com evidentes prejuízos para o concelho. Disse, também, que as pessoas não se devem intitular aquilo que não são, querendo dizer que, pese embora a senhora Vereadora Marcolina Sequeira seja a Vice-Presidente, é o senhor Vereador Vítor Sobral, eleito em quarto lugar, que se auto-intitula como Vice-Presidente da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, quer aqui no concelho quer fora dele, assim é conhecido, e isso é de uma deslealdade para com a senhora Vice-Presidente revelando até falta de estima própria. Diz que devemos fazer-nos respeitar e fazer respeitar lá fora o nosso concelho, mas lamenta que isso não aconteça. Fruto da postura que os nossos representantes da Câmara têm fora do concelho, o que lhe tem chegado ao conhecimento é que somos motivo de chacota, e isso ninguém pode tolerar, mas os nossos representantes não se impõem e são o motivo das críticas. Os nossos líderes eleitos têm de ser competentes e não têm sido. Terminou a sua intervenção dizendo que a todos deve preocupar a falta de rumo que o nosso concelho leva, sendo a falta de trabalho, de competência e o julgar-se saber tudo só porque se é eleito os motivos deste péssimo trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a reorganização das freguesias foi aprovada no órgão próprio, a Assembleia Municipal. Informou que quanto ao Tribunal ainda não há decisão definitiva. O zonamento é competência das Finanças e não da Câmara. Quanto à Vindouro considera que tem corrido bem e a

ida a Macau foi uma boa opção. Mas, diz, cada um tem a sua opinião, e todas devem contribuir para melhorar. Quanto ao apoio aos empresários disse que o Núcleo Museológico terá um posto de vendas de produtos o que ajudará os empresários e viticultores do concelho. Fica admirado por se dizer que não comparece a reuniões fora do concelho, garantindo que tem ido a todas as reuniões e que ainda há dias havia estado na Régua numa reunião onde esteve presente o interveniente. O encerramento dos serviços públicos no concelho tem vindo a ser feito há já muito tempo pelos governos, já antes da entrada deste executivo, não sendo responsabilidade desta Câmara Municipal. Informou, ainda, que houve uma reunião em Mirandela para se tratar da vinda de novo de uma delegação do Ministério da Agricultura para S. João da Pesqueira.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por maioria dos presentes com duas abstenções dos senhores Álvaro Augusto Costa e Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca por não terem estado presentes naquela sessão.

---



## MOÇÃO

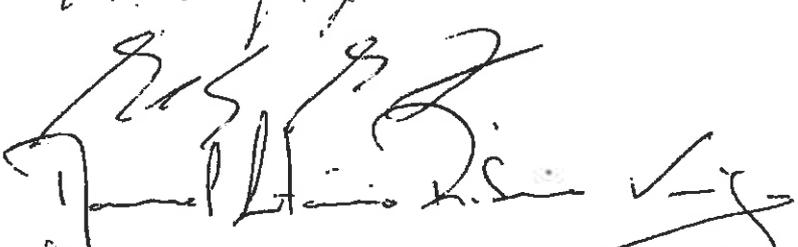
Vem esta Assembleia de Freguesia de Ervedosa do Douro alertar o Município de São João da Pesqueira para a degradação do caminho denominado de Roriz, caminho este que serve uma área de vinha superior a certas áreas de vinha de algumas Freguesias do Concelho e onde estão também, implementados importantes investimentos estrangeiros que dignificam e levam o nome deste Concelho além fronteiras e contribuem para o desenvolvimento local e municipal.

Na actual situação que o país atravessa é lamentável que a presente situação exista pois se queremos dinamizar a economia, temos de apoiar e acarinhar todos e quaisquer investidores.

A dita estrada encontra-se intransitável, pelo que solicitamos uma intervenção urgente.

Moção apresentada por todos os membros presentes na Assembleia, votada por unanimidade e vai ser assinada por todos.

Ervedosa do Douro, 28 de Setembro de 2012

AnuBalsa,  
trava e vascamento  
trava e vascamento  
  
Ósmar Adelino Fernandes Cordeiro  
Presidente da Assembleia de Freguesia

M

# **Considerações e sugestões sobre a Vindouro**

António Aguiar

Dezembro 2012



Tomando como exemplo as grandes Regiões Demarcadas do vinho por esse mundo fora, falta à região do Douro uma feira emblemática.

A Vindouro pode e deve evoluir nesse sentido e que a nossa ambição não esteja limitada pelas fronteiras do concelho. Mais expositores trazem mais amigos, mais comerciantes do ramo e potenciam a visibilidade da feira. O benefício para os produtores do concelho são evidentes; as probabilidades de retorno são muito mais altas numa grande feira que numa feira de pequena dimensão.

Se S. João da Pesqueira promover devidamente a Vindouro, esta vai certamente promover o concelho trazendo mais-valias para os nativos.

Este concelho que tem outros produtos e actividades que o promovem (o azeite, frutos secos, a caça e o turismo), é o vinho a sua grande alavanca que o pode diferenciar dos demais, garantir a sua sobrevivência económica e fixar a sua população.

Às exigências de um empreendimento destes não tem certamente a Câmara, por si só, vocação e profissionais para a sua organização e promoção ou talvez tenha se houver vontade política. Criar um bom invento dá muito trabalho.

Há imagem de um passado recente veria com bons olhos a contratação de uma boa empresa de inventos e comunicação. A sua experiência tem um preço que o retorno vai diluir num espaço de tempo mas certamente superior aos mandatos políticos.

O futuro deste concelho pode ser longo e promissor mas são as nossas acções presentes que o poderão condicionar.

## **Objectivo da Vindouro**

Organizada pela Câmara com ou sem assessoria o que esperamos da Vindouro é que promova o concelho e todas as outras mais-valias surgem como consequência. Esta promoção conseguimo-la se nos direccionarmos mais para o exterior do que para o interior do concelho. A finalidade deste evento não pode ser chamar os munícipes à cede do concelho mas sim atrair aqueles que precisam de um forte motivo para nos visitar.

4

**Organização da futura Vindouro começa na que está a decorrer.** Recolher informação, opiniões e endereços junto dos visitantes e expositores, nomeadamente através de inquéritos para ficar a conhecer o grau de satisfação. Esta base de dados vai permitir-nos conhecer as falhas, passar informação e fidelizar os visitantes.

Após o final da feira, reunir logo que possível os expositores. No encerramento estão juntos, alguns são de longe, porque não utilizar as garrafas que estão abertas para um convívio entre organização e expositores com vista a trocarmos impressões enquanto as ideias estão frescas. Há erros de fácil resolução que não se repetirão em edições futuras.

**Informação a expositores e público.** É importante envolver os agentes intervenientes (expositores e público) desde cedo na programação do evento (120 a 150 dias antes). E-mails e correspondência para os produtores e visitantes que deixaram o endereço na feira anterior. Esta informação deve abranger locais de estadia e restauração com respectivos preços indicativos, locais de interesse público e história do concelho, em resumo, motivar os visitantes para uma nova vinda.

O executivo da Câmara tirar partido de toda a exposição mediática (jornais, rádio e televisão) para falar sempre na Vindouro. É importante fazer ruído e conseguir mobilizar os média.

O envio de convite personalizado pelos produtores ou Câmara tem uma razoável percentagem de êxito junto de amigos e parceiros de negócio.

Devemos dar a entender às pessoas que estão dispostas a visitar-nos que a nossa disponibilidade é total para recebê-las.

**Definir competências e formar o staff.** A divisão de tarefas na organização agiliza a resolução rápida dos problemas. Nos imprevistos é importante saber exactamente a quem recorrer.

O envolvimento dos jovens das nossas escolas é importante mas exige uma selecção e formação com alguma antecedência, pois vão ser eles a cuidar do ambiente dentro da feira e a ter contacto

com os visitantes. Educação, simpatia e agilidade devem ser os critérios.

**Sorteio de stands.** Tenho opinião contrária à realização de sorteio livre para atribuição do lugar na feira ao expositor.

Devemos conciliar a vontade do expositor com o interesse da organização que será obrigar o visitante a percorrer todo o espaço à procura do que ainda não viu; se os stands que atraem mais visitantes estiverem na entrada, não há motivação para percorrer o resto da feira. Quando muito seria permitido ao expositor indicar, por ordem de inscrição, a sua vontade. A última palavra seria sempre da organização.

**Ocupar o tempo dos visitantes.** Quem nos visita por um dia ou mais ficará grato se tiver oferta de outras actividades (gratuitas ou não) relacionadas com o nosso concelho e suas actividades:

- Visitas guiadas a museus, monumentos e aldeias.
- Visitas a quintas e provas de vinho.
- Dar a conhecer a vinha com contacto directo com quem a trabalha.
- Conferências
- Etc...

**Envolvimento do concelho.** Quantos mais habitantes com as respectivas actividades conseguirmos envolver, mais facilmente teremos êxito. A responsabilidade de execução desta obra deverá ser partilhada não só em meios humanos mas também financeiramente (patrocinadores):

- Juntas de freguesia
- Restaurantes
- Empresas
- Associações
- Mecenas

Foi minha intenção dar sugestões sobre as facetas da Vindouro que me parecem mais deficientes e impedem a sua plena afirmação no panorama de feiras vinícolas deste país e do mundo.

## **OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO ANO FINANCEIRO 2013**

**É com sentimento de tristeza e de alguma revolta, que depois de analisar o Plano e Orçamento e ao verificar mais uma vez que a Freguesia de Ervedosa do Douro e a maioria das suas gentes foram esquecidas ou ignoradas pelo actual Executivo.**

**É que em conversa pessoal e solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, enviei um memorando com as necessidades mais urgentes e prementes da freguesia. Não foram tidas em consideração. Não houve equidade na atribuição dos investimentos necessários e nos critérios de distribuição das verbas para as freguesias. Equidade é uma palavra que os senhores utilizam muito quando lhes interessa, mas nunca a põem em prática. Fazem sempre o contrário, beneficiando sempre o amiguismo!**

**Não foram cumpridas as promessas, os entendimentos e aproveitadas as sinergias que ao longo dos últimos três anos foram postas em prática pelo Executivo da Junta de Freguesia.**

**É verdade que algumas pequenas obras foram feitas pela Câmara Municipal, mas também é verdade que a Junta de Freguesia com os poucos recursos, sempre esteve presente e em parceria com a Câmara Municipal.**

**Somos a segunda maior freguesia do concelho, somos a que temos a maior área de vinha no concelho e na Região Demarcada do Douro, somos a porta de entrada do concelho na Região Demarcada, ainda somos a freguesia que mais impostos directos paga para o município. Mas temos sido a freguesia**

4

**mais esquecida pela Câmara Municipal, a freguesia com menos investimento municipal e a freguesia que ao que parece, a Câmara Municipal quer desafiar a que abandonemos o município e sejamos agregados a outro, nomeadamente a Alijó, os factos e a realidade dos últimos três anos de mandato do Executivo Municipal assim o indicam, alimentando nas gentes de Ervedosa do Douro esta possibilidade (assim haja a revisão administrativa dos municípios).**

**A falta de estratégia do Executivo Municipal, ao não se aperceberem que a mais valia do concelho ainda está nas freguesias ribeirinhas ao Douro, na qual a nossa freguesia se integra, é um erro tremendo. O não apostarem na requalificação do lugar das Bateiras é inqualificável, só de alguém que não tem visão ou não quer ver. É por aqui que deveria começar o desenvolvimento turístico do concelho.**

**Com isto, não quero dizer que as freguesias, nomeadamente as além torto, não tenham o seu devido valor no contexto municipal, claro que têm, em sectores tão importantes como património histórico, cultural e até agrícola.**

**O documento apresentado penaliza as freguesias com excepção de uma ou duas, concentra mais de 90% no investimento na sede do concelho, onde se gasta demasiado e mal. Afirmo, gastar o que os outros produzem, não custa nada. É fácil gastar o dinheiro dos outros, e é o que acontece. As verbas dos impostos das freguesias entram na Câmara Municipal e a mesma gasta desmesuradamente e sem critérios objectivos.**

**A Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, nomeadamente eu, tenho tido um relacionamento de amizade e institucional que se pode considerar muito bom, mas isso só não chega. É necessário**

M

**mais desenvolvimento e progresso para a freguesia e para as pessoas, o que não tem acontecido.**

**É QUE DE BOA GENTE ESTÁ O MUNDO CHEIO!**

**Reafirmo mais uma vez que o documento apresentado penaliza a freguesia e dá a entender que a quer castigar por não ser da mesma cor partidária. Eu não quero acreditar nesta possibilidade, pois poria em causa valores importantes como a democracia, a amizade... não quero mesmo acreditar.**

**As grandes opções do plano apresentadas passam-nos ao lado, mas para que o actual Executivo não tenha uma única razão para dizer que não se faz nada em nada em Ervedosa do Douro, porque a junta é do contra, o Executivo da junta de freguesia decidiu, mais uma vez, dar uma oportunidade ao Executivo Municipal, mantendo o voto que teve ao longo deste mandato, votando favoravelmente o plano e orçamento do ano 2013.**

Ervedosa do Douro, 21 de Dezembro de 2012

O Presidente da Junta de Freguesia

Joaquim Olindo Magalhães Monteiro